

Sindipetro/MG convoca assembleias sobre contraproposta da Petrobrás



O Conselho Deliberativo da FUP se reuniu no dia 22/10 para avaliar os rumos da campanha reivindicatória de 2025. Ficou definida a realização de assembleias nas bases com indicativo de rejeição da primeira contraproposta apresentada pelo RH da Petrobrás para o ACT 2025. O Sindipetro/MG irá informar em breve aos trabalhadores de turno e HA o calendário de assembleias, conforme edital.

Além da rejeição da contraproposta para o ACT, a categoria petroleira vai deliberar sobre a aprovação do Estado de Greve e Estado

de Assembleia Permanente; e reafirmar os três eixos centrais da campanha: a garantia da justa distribuição da riqueza pelos trabalhadores, com um ACT digno e sem ajuste fiscal nos salários e carreiras; a cobrança para que a empresa apresente o quanto antes uma proposta para os equacionamentos da Petros (PEDs); e a Pauta pelo Brasil Soberano, com propostas da categoria para a Transição Energética Justa e o fortalecimento do Sistema Petrobrás.

Também está na pauta das assembleias a libertação sobre Proposta de Acordo para a PLR

2019. As entidades sindicais cobram há mais de cinco anos a quitação da PLR, referente aos três primeiros meses de 2019, que as gestões anteriores da empresa se recusaram a quitar, descumprindo o Acordo de Regramento de 2014, cuja validade foi até 31 de março de 2019.

A última rodada de reuniões com a Petrobrás sobre o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) aconteceu no dia 21/10, quando foram tratados temas da pauta de reivindicações da categoria e cobranças sobre casos de assédio e violência no trabalho. Na ocasião, a FUP apresentou a Pauta pelo Bra-

sil Soberano, com propostas dos trabalhadores para o fortalecimento e a integração do Sistema Petrobrás, e o Plano de Transição Energética Justa para o Setor de Óleo e Gás. O coordenador-geral da FUP, Deyvid Baccelar, destacou que, historicamente, as campanhas reivindicatórias da categoria vão além das pautas corporativas, como em 2015, quando a Pauta pelo Brasil foi incorporada ao processo de negociação coletiva, os trabalhadores têm disputado os rumos da Petrobrás com propostas para fortalecer a empresa e defender a soberania nacional.

FUP cobra providências sobre casos de assédio

Em reunião com a gestão da Petrobrás, no dia 21/10, a FUP cobrou medidas concretas para casos de assédio e violência no trabalho que permanecem sem solução.

A diretora da FUP, Cibele Vieira destacou que a Petrobrás tem esvaziado o conceito de assédio moral ao classificar esses casos como “incidentes”, o que desconsidera o impacto físico e psicológico das violências sofridas e afeta diretamente a responsabilização dos agressores. Ela defendeu a participação dos sindicatos e Cipas no acompanhamento dos casos e enfatizou que todos os relatos de assédio e violência — formais ou informais — devem ser registrados e acompanhados pelas comissões previstas no ACT.

As diretoras Bárbara Bezerra e Nalva Faleiro relataram situações de importunação sexual, perseguição e adoecimento de trabalhadoras, além da falta de confiança na ouvidoria, que muitas vezes falha em dar re-

torno ou vaza informações sigilosas. “Quando uma mulher denuncia, o retorno demora. Quando é acusada, o processo é rápido”, criticou Bárbara.

O diretor Paulo Neves classificou a postura da empresa como inaceitável em uma estatal, apontando que documentos internos tratam o assédio de forma incompatível com o Código Penal. A FUP também cobrou que a Petrobrás exija das empresas contratadas políticas claras de prevenção e acolhimento.

Representantes da Petrobrás afirmaram que a companhia vem promovendo capacitações e revisões internas. No entanto, reconheceram falhas na comunicação com os sindicatos e prometeram avaliar os casos apresentados. Ao encerrar a reunião, Deyvid Bacelar reafirmou o compromisso da FUP com o enfrentamento à violência no trabalho: “Queremos ser parte da solução, com transparência, respeito e acolhimento às vítimas”.

Contratados iniciam campanha salarial na Regap



Os trabalhadores de várias empresas contratadas da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, deram largada na campanha salarial de 2025, na assembleia realizada no dia 21/10, que contou com a participação de representantes do Sindipetro/MG.

Na assembleia convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Montagens Industriais em geral do Estado de Minas Gerais (Sitramonti-MG), que representa trabalhadores de empresas prestadoras de serviços que atuam Regap, foi aprovada a pauta de reivindicação para o Acordo Coletivo (ACT) 2025 dos trabalhadores cuja data-base é novembro de 2025.

Conforme determinação da assembleia,

os trabalhadores poderão paralisar suas atividades, em conformidade com a legislação, a qualquer momento em caso de a empresa não cumprir o acordo coletivo anterior ou protelar as negociações. O Sitramonti-MG informa que as empresas cuja data-base dos acordos é novembro não podem demitir trabalhadores no período que antecede a data base, sob pena de multa estipulada por lei.

“Embora o Sindipetro/MG não represente esses trabalhadores, seguiremos à disposição de todos e do Sitramonti para avançar em direitos e respeito aos nossos companheiros contratados”, reforça Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.